

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 26049/2021

1- DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa apta a fornecer LANCHES E QUENTINHAS, para atender as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família e Programa Melhor em Casa, durante o período de 12 meses, consoante os quantitativos dispostos nas Requisições de Compras acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica  
Estratégia de Saúde da Família  
Programa Melhor em Casa  
Subsecretaria de Vigilância em Saúde

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço global por lote, nos termos da Lei nº. 8666/93;

2- DA AQUISIÇÃO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e seus respectivos quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL.	U/C	SAB	IMUNIZ.	ESF	MELHOR EM CASA	VIG.	QUANT.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LANCHES E QUENTINHAS PARA SEMINÁRIOS, PALESTRAS, CURSOS, CAPACITAÇÕES, REUNIÕES, CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO E DEMAIS EVENTOS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.							
CATMAT	<u>LOTE I – KIT LANCHE</u>							
3697	<p>O KIT LANCHE DEVERÁ CONTER:</p> <p>1- ÁGUA MINERAL– 1 UNID - sem gás acondicionada em copo de 200 ml descartável;</p> <p>2- BANANA – 1 UNID - pesando no mínimo 100 gramas, no ponto de maturação adequada para o consumo, não devendo estar danificada por lesões que afetem sua aparência e consumo; Isenta de pontos amarelados ou apodrecidos, livres de sujidades, parasitas e larvas; Embalada de forma individual e acondicionada de forma adequada.</p> <p>3- MAÇÃ TIPO NACIONAL – 1 UNID - peso mínimo 100 gramas, embalada individualmente com filme PVC no ponto de maturação adequado para o consumo, não devendo estar danificado por lesões que afetem sua aparência e consumo; Isento de pontos apodrecidos, livre de sujidades e larvas; Acondicionada de forma adequada.</p> <p>4- BEBIDA PRONTA – 1 UNID – tipo Nectar de frutas, elaborada a base de água, polpa de frutas e açúcar, acondicionada em embalagem descartável, individual lacrada, constando a identificação do produto, marca, fabricante, lote e</p>	KIT	1.020	2.400	300	240	588	4.548

	<p>validade, sortida nos sabores uva, manga, pêssego, goiaba, laranja, abacaxi ou acerola. Unidade com 200 ml cada. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da entrega.</p> <p>5- PÃO FRANCÊS – 1 UNID - com aproximadamente 50g, em condições técnicas adequadas, de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, devendo, ainda, apresentar maciez adequada, com 01 (uma) fatia de presunto, tipo cozido, sem capa de gordura e 01 (uma) fatia de queijo processado UHT, devendo estar acondicionado em embalagem plástica; Validade de 01 (um) dia a partir da data de fabricação (Resolução RDC nº 90/2000 da Anvisa).</p>							
		LOTE II – KIT QUENTINHA						

3697	<p>O KIT QUENTINHA DEVERÁ CONTER:</p> <p>1- QUENTINHA (Arroz 150g, carne assada 200g, legume cozido 200g, feijão 100g, farofa 50g) – 700g;</p> <p>2- MAÇÃ TIPO NACIONAL, peso mínimo 100 gramas, embalada individualmente com filme PVC, no ponto de maturação adequada para o consumo, não devendo estar danificado por lesões que afetem sua aparência e utilização; Isento de pontos apodrecidos, livres de sujidades e larvas; Acondicionada de forma adequada.</p> <p>3- BEBIDA PRONTA, tipo néctar de frutas, elaborada a base de água, polpa de fruta e açúcar, acondicionada em embalagem descartável individual lacrada, constando a identificação do produto, marca, fabricante, lote e validade. Sortida nos sabores uva, manga, pêssego, goiaba, laranja, abacaxi ou acerola; Unidade com 200 ml cada; validade mínima de 6 (seis) meses a contar da entrega.</p>	KIT		1.200	-	-	150	1.350
------	---	-----	--	-------	---	---	-----	-------

2.2. Os valores cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas que venham incidir sobre o fornecimento do objeto.

2.3. Deverão estar inclusos ainda todos os custos referentes aos insumos que compõem as refeições, bem como aqueles necessários ao seu consumo, tais como: talheres, guardanapos, copos ou canudos descartáveis, palitos, sal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega do objeto.

### 3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA COMPRA DO OBJETO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. O quantitativo acima descrito atenderá à demanda dos Requisitantes em campanhas, eventos, reuniões, sessões e demais eventos organizados pelas Unidades e Dispositivos de Saúde, conforme justificativas apresentadas aos autos em seus respectivos documentos requisitórios.

3.3. O cálculo utilizado para a definição do quantitativo foi baseado no número de profissionais/participantes envolvidos nos eventos / planilhas de histórico de consumo, conforme informações narradas pelas Unidades Requisitantes nos documentos inseridos aos autos.

3.4. O quantitativo requisitado atenderá a demanda das Unidades e Dispositivos pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do regime de sistema de Registro de Preços.

3.5. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pelas equipes técnicas das Unidades Requisitantes, aos quais se responsabilizam por todas as informações lançadas no presente, cabendo a servidora, que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

5.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30.36;

5.1.2. Fonte de recurso: 007;

5.1.3. Programa de Trabalho:

5.1.3.1. Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.10.301.0087.2.316;

5.1.3.2. Estratégia de Saúde da Família: 30001.10.301.0087.2.318;

5.1.3.3. Programa Melhor em Casa: 30001.10.302.0087.2.325;

5.1.3.4. Subsecretaria de Vigilância em Saúde: 30001.10.305.0076.2.197

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## 6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante, o qual com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência indicará para a empresa fornecedora o respectivo quantitativo e demais informações importantes a respeito do item e endereço a ser entregue naquela ocasião.

6.2. Em casos de inadequações nos processos de preparo das refeições ou danos à embalagem, caberá à Contratante comunicar à Contratada o fato e esta, de forma imediata, deverá refazer o serviço, sem quaisquer ônus à Contratante.

6.3. Os alimentos serão recusados pela Contratante, nas hipóteses de apresentarem vícios de qualidade ou quaisquer outros danos que os desqualifiquem perante as exigências deste Termo de Referência.

6.4. Importante ressaltar que a entrega do objeto será de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

6.5. Caso seja constatado no fornecimento do objeto licitado, que seu conteúdo não se apresenta em condições adequadas e normais de consumo humano, a empresa fornecedora deverá, imediatamente, proceder a retirada dos produtos inadequados e fornecer no prazo máximo de 01 (uma) hora, novos produtos em condições adequadas de consumo, sob pena de que não o fazendo serão aplicadas as penalidades do item – DAS SANÇÕES deste edital.

## 7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Caberá à Contratada fornecer todo o material descartável necessário ao consumo dos alimentos, tais como talheres, guardanapos, copos e/ou canudos descartáveis.

7.2. A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o prazo de validade dos produtos que serão preparados.

7.3. Os demais produtos deverão ter o prazo de validade descrito nas embalagens individuais, nos termos da legislação vigente.

7.4. As frutas, devidamente higienizadas, deverão ser de boa qualidade, sem lesões, manchas, amassados ou qualquer outro indício de má qualidade ou mal estado de conservação.

7.5. As refeições deverão ser preparadas nas dependências da Contratada.

7.6. Os alimentos deverão ser preparados de acordo com a legislação vigente e a utilização de insumos de primeira qualidade.

7.7. Ocorrendo fato novo, decorrente de força maior ou de caso fortuito, fica a critério da Contratante modificar o horário para a entrega dos alimentos, o qual deverá ser comprovadamente informado à Contratada.

## 8. DO TRANSPORTE

8.1. As embalagens utilizadas para o acondicionamento, quanto para o transporte deverão garantir a qualidade dos alimentos, sem alteração de suas características físicas, físico-químicas ou microbiológicas.

8.2. Durante o processo de entrega das refeições, os alimentos deverão estar devidamente acondicionados em recipientes climatizados, de forma a garantir a temperatura e conservação dos produtos.

## 9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.



## 10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

11.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 11.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 11.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 11.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 11.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 11.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 11.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

12.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

12.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

12.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

### 13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### 14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

## 15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
PATRÍCIA SOARES CARVALHO	299.080	FISCAL TITULAR
CAMILA LIBONATO MENDONÇA	299.421	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA / IMUNIZAÇÃO		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
ALINE LIMA DE ABREU	2078.680	FISCAL TITULAR
ALEXANDRA RODRIGUES BARBOSA GAETA	299.038	FISCAL SUBSTITUTO
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
KARLA HERDY ALMEIDA	299.089	FISCAL TITULAR
MARIZA DIAS SIQUEIRA	299.362	FISCAL SUBSTITUTO
PROGRAMA MELHOR EM CASA		

MARISTELA TIELLET	299.248	SUPERIOR IMEDIATO
ANA CAROLINA FOLLY PINHEIRO	115.226	FISCAL TITULAR
SUBSECRETARIA EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
FABÍOLA BRAZ PENNA	206.692	SUPERIOR IMEDIATO
MARIA APARECIDA PAULINA DA SILVA	299.088	FISCAL TITULAR
ERNANI MONTEIRO VIANNA DA SILVA	299.083	FISCAL SUBSTITUTO
GESTORES		
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.639	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

15.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obrigação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

15.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Unidade Requisitante, os quais se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.2. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

17.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento do procedimento, mesmo após o encerramento da cotação de preços.

17.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.4.1. Advertência;

17.4.2. Multa:

17.4.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.4.2.2. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.4.2.3. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.4.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 19. DA RESCISÃO

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

19.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

19.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 30 de novembro de 2021.

Gilmara Guimarães de Souza  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS  
Matrícula 062.639

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 106.137